

Notícias Federais

<i>Assuntos Econômicos</i>	3
Indústria quer investir mais no mercado interno	3
<i>Infraestrutura</i>	3
MP amplia oferta de crédito e investimentos em infraestrutura	3
Lei que reduz tarifa de energia é publicada com vetos	5
<i>Meio Ambiente</i>	6
Proposta altera lei de licitações para incluir critérios ambientais.....	6
Câmara rejeita a criação de Fundo Nacional de Recursos Hídricos	6
<i>Tributos</i>	7
MP concede auxílio a estados para combater guerra fiscal	7
Apesar de nova lei, Senado deve enviar à Câmara projeto que exige informação de impostos na nota fiscal.....	8
Deputado critica veto à reabertura do REFIS da Crise.....	9
Projeto incentiva a produção de carros elétricos e híbridos.....	10
Projeto concede incentivos a agrotóxicos de 'baixa periculosidade'	10
<i>Relações do Trabalho</i>	11
Comissão obriga presença de inspetores do trabalho em portos	11
Mínimo de R\$ 678 amplia poder de compra do trabalhador	11
Proposta autoriza sindicato a fiscalizar recolhimento do FGTS.....	12
Projeto torna obrigatória contratação de aprendizes maiores de 18 anos.....	13

<i>Questões Institucionais</i>	13
<i>PEC que estabelece voto majoritário para eleição de deputados está pronta para exame</i>	13
<i>Vetos não examinados poderão trancar pauta do Senado e da Câmara</i>	14
<i>Projeto cria restrições na Câmara para novos partidos políticos</i>	15
<i>Eleições de suplentes de senadores poderão ter novas regras</i>	15

Notícias Estaduais

<i>Assuntos Econômicos</i>	16
<i>Balança comercial paranaense fecha 2012 com déficit histórico</i>	16
<i>Infraestrutura</i>	17
<i>Richa recebe deputados federais e pede mais atenção às questões do Paraná</i>	17
<i>Política Social</i>	18
<i>Dia da Consciência Negra será feriado em Curitiba</i>	18
<i>Sistema FIEP vai apoiar ações de cidadania nas Unidades Paraná Seguro.....</i>	19
<i>Relações de Trabalho</i>	19
<i>Governo cria observatório para realização de estudos sobre trabalho</i>	19
<i>Emprego industrial tem 14.ª alta consecutiva no Paraná</i>	20
<i>Tributos</i>	21
<i>ICMS unificado confunde empresários</i>	21

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Indústria quer investir mais no mercado interno

As empresas brasileiras estão investindo cada vez mais com foco no mercado doméstico, segundo avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base em pesquisa realizada entre 25 de outubro e 30 de novembro de 2012 com 584 empresas.

Para este ano, 80,6% das empresas que querem investir têm como meta somente, ou principalmente, o mercado interno. Apenas 4,7% miram principalmente, ou exclusivamente, o externo. De acordo com a pesquisa da CNI, o patamar relacionado ao mercado internacional é o mais baixo dos últimos dez anos.

Objetivos: Na pesquisa, a CNI ressaltou que a introdução de produtos ganhou importância como objetivo de investir. Mesmo assim, a melhoria do processo produtivo é a principal meta para o direcionamento de recursos: 34,8% de assinalações.

A introdução de processos produtivos perdeu importância nos planos de investimento, passando de 5,2% das respostas em 2012 para 4,3% neste ano. O aumento da capacidade produtiva aparece como principal razão para o investimento, sendo a segunda mais apontada pelas indústrias (28,3%).

As duas principais razões para o investimento perderam importância na passagem de 2012 para este ano. A introdução de novos produtos no mercado aumentou de 15,4% para 18,4%.

Fonte: Blog RT

Infraestrutura

MP amplia oferta de crédito e investimentos em infraestrutura

A Medida Provisória 600/12, em análise no Congresso Nacional, prevê uma série de regras para aumentar os investimentos públicos em infraestrutura e a oferta de crédito pelas instituições financeiras oficiais.

Um dos instrumentos previstos é o aumento, para R\$ 10 bilhões, dos recursos a serem investidos pela Caixa Econômica Federal no financiamento de projetos de infraestrutura. Hoje, esse valor é de R\$ 3,8 bilhões.

Além disso, a MP concede novo crédito à Caixa, no valor de R\$ 7 bilhões, para atender a demanda por empréstimos e financiamentos. “A demanda por crédito encontra-se bastante elevada, e os bancos públicos vêm adotando políticas de redução nas taxas dos empréstimos”, argumenta o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O texto também autoriza a União a estender até 31 de dezembro de 2013 a concessão de recursos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a agricultores de áreas atingidas pela seca. O prazo expiraria em 31 de dezembro de 2012.

Aeroportos: Por meio da medida provisória, o Executivo ainda prevê uma série de mudanças nos investimentos em aeroportos e aviação civil. Pela medida, os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) passam a ter natureza não apenas contábil, mas também financeira.

Com isso, segundo o governo, será possível transferir os recursos do fundo ao Banco do Brasil, que ficará responsável pela execução das obras do Programa de Investimentos em Logística - Aeroportos, lançado no fim do ano passado. O programa prevê a expansão da aviação regional e vai atender, na primeira etapa, 270 aeroportos.

Para esse programa, estão previstos R\$ 7,3 bilhões. “O objetivo é que 97% da população esteja a menos de 100 km de um aeroporto com voos regulares”, diz o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt.

Créditos de Itaipu: Como parte do propósito de reduzir os custos da energia elétrica, o governo também autoriza a cessão de direitos de crédito detidos pelo Tesouro Nacional contra Itaipu ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos provenientes dessa transferência poderão ser repassados pela União à Conta de Desenvolvimento Energético.

Segundo a explicação do Planalto, esses créditos correspondem às amortizações e a outras obrigações decorrentes do financiamento utilizado na construção de Itaipu. A operação terá de ser formalizada por meio de contrato.

Ainda por meio da MP, o governo autoriza o BNDES a reembolsar operações de crédito realizadas por outras instituições financeiras para financiar ações do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). “Esse mecanismo pode ampliar a capilaridade do PSI, ao possibilitar que maior número de empreendedores tenha acesso ao crédito em condições mais favoráveis”, diz a justificativa do governo.

Telecomunicações na Copa: A MP também altera a Lei da Copa (12.663/12) para autorizar a União a ofertar, por meio da Telebrás, serviços de telecomunicações necessários à realização das copas das Confederações e do Mundo.

O governo explica que se comprometeu a oferecer esses serviços sem custos para a Federação Internacional de Futebol (FIFA). “Decidiu-se utilizar a Telebrás pela possibilidade de economia de recursos e sinergia de investimentos”, diz o texto da MP. A empresa pública é responsável pela execução do Programa Nacional de Banda Larga, e o governo pretende aproveitar a infraestrutura em construção para os jogos.

Conta Única: A medida provisória autoriza empresas públicas a aplicar seus recursos ainda não executados na Conta Única do Tesouro Nacional. Segundo o governo, isso permitirá remuneração maior desses investimentos. A medida não vale para instituições financeiras.

Por fim, a MP prorroga o prazo para que o governo federal invista em rodovias transferidas da União para os estados até março de 2015. Inicialmente, o prazo final era dezembro de 2012.

Tramitação: A MP será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores. Depois, será encaminhada para o Plenário da Câmara e, em seguida, para o do Senado. A MP passa a trancar a pauta da Casa onde estiver a partir de 21 de março.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Energia

Lei que reduz tarifa de energia é publicada com vetos

A legislação que vai permitir a redução das contas de luz foi publicada no Diário Oficial da União. A Lei 12.783/2013 permite prorrogar por 30 anos as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia hidrelétrica e por 20 anos as concessões de geração de energia termelétrica das concessionárias que aceitaram reduzir as tarifas.

O cálculo das novas tarifas, apresentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no final de 2012, reduz em até 70% a remuneração das concessionárias pelo serviço prestado. Com isso, o governo espera reduzir a tarifa de energia em cerca de 20%, graças à extinção de encargos e à indenização das concessionárias pelos ativos ainda não depreciados de acordo com um novo valor de reposição, também calculado pela Aneel.

A nova lei tramitou no Congresso Nacional como Medida Provisória 579/2012, e, posteriormente, como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 30/2012. O PLV 30/2012 acrescentou alguns dispositivos, que foram vetados pela presidente da República, Dilma Rousseff. Ao todo foram seis vetos a pontos acrescentados pelo Legislativo, fazendo com que o texto da lei fosse praticamente igual ao da medida provisória.

Vetos: Foram vetados dois incisos incluídos no PLV 30/2012 pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP), submetendo à Aneel questões relativas a saúde e segurança no trabalho como critérios para conceder a prorrogação da concessão. A presidente justificou o veto dizendo que essas seriam atribuições do Ministério do Trabalho e não da agência.

Outro dispositivo, incluído pelo relator da MP 579/2012 na Comissão Mista, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), também foi vetado pelo Executivo. O parágrafo obrigava o governo a reverter, em favor da modicidade tarifária, o montante não utilizado da arrecadação da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica. Essa taxa, uma das que compõem a conta de luz dos brasileiros, é destinada a financiar atividades da Aneel, e o que não é utilizado pela Agência vai para o Tesouro Nacional para compor o superávit primário. A presidente justificou o veto afirmando que a devolução da taxa desvirtua a vinculação do produto da arrecadação da atividade que deu causa à sua instituição.

Os outros vetos dizem respeito a dispositivos que tentaram restaurar um equilíbrio econômico-financeiro de empresas que venceram os leilões das hidrelétricas na época em que eram feitos pelo maior valor pelo Uso de Bem Público (UBP). Algumas empresas ainda não conseguiram construir suas usinas devido à demora da licença ambiental. O artigo 31 vetado permitia a assinatura de um termo aditivo para que os valores de UBP fossem recalculados e recompunha os prazos de concessão, que seriam contados a partir da data de emissão da licença ambiental. Na justificativa, a presidente disse que o artigo não poderia ser aceito por violar os princípios da isonomia e da modicidade tarifária.

Redução da tarifa: A publicação da nova lei traz a expectativa de reduzir um gasto importante no cotidiano do brasileiro. Mas a meta inicial do governo de reduzir as tarifas de energia elétrica em 20% ficou prejudicada depois que algumas concessionárias de geração de energia elétrica não concordaram com a medida provisória e decidiram pela não prorrogação dos contratos.

A Cesp, Cemig (Sudeste), Copel, Celesc (Sul) e Celg (Goiás) não vão prorrogar as concessões de nenhuma de suas usinas hidrelétricas, o que provocaria uma redução de apenas 16,7% nas tarifas. No entanto, o governo afirmou que vai bancar o que falta para a meta inicial de 20% de redução tarifária.

Na visão do consultor legislativo do Senado, Luiz Alberto da Cunha Bustamante, em 2013 ainda vai ser difícil o brasileiro perceber a diminuição da conta, pois além das empresas que decidiram não aderir à redução das tarifas, o governo teve que gastar mais com o uso das termelétricas devido ao baixo nível dos reservatórios de água das hidrelétricas no começo do ano. E isso deve ser cobrado na conta de luz.

- Num primeiro momento, vai ter a redução tarifária da lei, mas também um aumento pelo uso das termelétricas. Eu ainda não sei como o governo vai fazer para chegar aos 20% de redução, mas pode ser que em 2013 ainda seja complicado – disse.

O consultor disse que esse gasto com o uso das termelétricas, no entanto, é temporário, enquanto que a redução da tarifa de energia pela nova lei é permanente e significativa.

Fonte: Agência Senado

Meio Ambiente

Proposta altera lei de licitações para incluir critérios ambientais

Os produtos ecologicamente corretos poderão ter preferência nas compras públicas sempre que houver empate entre duas opções. A proposta está prevista no Projeto de Lei 4510/12.

O projeto é de autoria do deputado Wellington Fagundes (PR-MT). O texto dá preferência, como critério de desempate, aos produtos que tenham menor consumo de energia ou outros recursos naturais; e aos que produzam menos resíduos ou menos gases de efeito estufa.

A proposta também prevê que o projeto básico de obras e serviços contenha informações sobre o consumo de energia, água e outros recursos naturais e também sobre a quantidade gerada de resíduos ou gases de efeito estufa. Todos esses requisitos deverão ser considerados na hora de contratar.

O autor argumenta que o Poder Público tem um grande poder de compra e, ao exigir critérios ambientais nas licitações poderá induzir mudanças. “A administração pública deve dar o exemplo, adotando medidas que levem à economia de energia, água e outros recursos naturais, e à redução da geração de resíduos e de emissão de gases de efeito estufa”, justificou. O texto obriga ainda os órgãos públicos a realizar um inventário de emissões de gases de efeito estufa de suas atividades, no mínimo, a cada cinco anos. Com esses dados, cada órgão terá de diminuir, no período subsequente, o seu impacto ambiental em no mínimo 10% ou aplicar o equivalente a esse percentual em ações de reflorestamento.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Gestão de Recursos Hídricos

Câmara rejeita a criação de Fundo Nacional de Recursos Hídricos

A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou o Projeto de Lei 6979/02, do deputado Paulo Magalhães (PSD-BA), que institui o Fundo Nacional de Recursos Hídricos.

O projeto também regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos, já prevista na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97), e estabelece condições para a criação de um Mercado de Águas.

De acordo com o texto, o Fundo Nacional de Recursos Hídricos seria gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e pela Agência Nacional de Águas.

Inadequação financeira: O relator, deputado Cláudio Puty (PT-PA), foi contrário à matéria. Ele ressalta que, conforme norma interna da comissão, “é inadequada orçamentária e financeiramente a proposição que cria ou prevê a criação de fundos com recursos da União”.

Além disso, a mesma norma estabelece como exceção para aprovação no caso de “as atribuições previstas para o fundo não puderem ser realizadas pela estrutura departamental da Administração Pública”. No entanto, observa o relator, “as ações ali previstas são cotidianamente executadas pelos Órgãos da Administração Pública Federal”.

O projeto foi rejeitado anteriormente pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Minas e Energia. Como a rejeição na Comissão de Finanças e Tributação tem caráter terminativo, a proposta será arquivada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Tributos

MP concede auxílio a estados para combater guerra fiscal

O Congresso analisa a Medida Provisória 599/12, que, segundo o governo, tem por objetivo iniciar a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e combater a chamada “guerra fiscal”. Pela proposta, o imposto estadual será reduzido gradualmente até a alíquota de 4%. O tempo para alcançar esse índice varia de acordo com a região.

Para compensar possíveis perdas de estados e municípios, o Executivo institui o pagamento de auxílio financeiro a esses entes federados na proporção das perdas verificadas. O auxílio será limitado a R\$ 8 bilhões anuais. Caso haja perdas maiores que esse limite, o dinheiro será distribuído proporcionalmente aos prejuízos observados.

Transferência obrigatória: Segundo o texto, o auxílio financeiro terá caráter de transferência obrigatória, devida pelo período de 20 anos. Os pagamentos serão realizados em 12 parcelas iguais, até o último dia útil de cada mês. Dívidas de estados ou municípios com a União serão descontadas das transferências. Os estados receberão 75% do montante de perdas apurado, enquanto os demais 25% serão entregues diretamente aos municípios.

Caberá à Receita Federal apurar as possíveis perdas com a redução do ICMS até o mês de julho de cada ano, com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas no exercício anterior. O pagamento, no entanto, será referente ao segundo ano anterior à compensação, e os valores serão corrigidos com base na variação média do Produto Interno Bruto (PIB) do quadriênio imediatamente anterior ao exercício em que se fizer a apuração dos valores.

Novas alíquotas: Para que essas medidas entrem em vigor, entretanto, primeiramente o Senado terá de aprovar resolução com as novas alíquotas do ICMS. Para as operações e prestações realizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e no Espírito Santo, destinadas às regiões Sul e Sudeste, o

imposto deverá ser reduzido em 1 ponto porcentual por ano ao longo de 12 anos – começa com 11% em 2014 e chega a 4% em 2025.

Nas transações iniciadas nas regiões Sul e Sudeste com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e também para o Espírito Santo, o ICMS deverá chegar a 4% em três anos, já em 2016. Em 2014, será de 6%.

Para as demais operações e prestações, as alíquotas serão de 9% em 2014, 6% em 2015 e 4% em 2016. Produtos da Zona Franca de Manaus e gás natural permanecem com a atual cobrança de 12% do imposto estadual.

Fundo de desenvolvimento: A medida provisória também institui o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), com a finalidade de financiar projetos de investimento e desenvolvimento produtivo. Entre 2014 e 2033, a União prevê destinar ao fundo R\$ 222 bilhões, corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Além disso, irá destinar outros R\$ 74 bilhões diretamente a estados e municípios pelo mesmo período, com o mesmo objetivo.

De acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, a criação do fundo é fundamental para a reforma do ICMS e tem por objetivo substituir a guerra fiscal. Isso porque, segundo o ministro, os estados adotam a prática “ilegal” de conceder descontos no ICMS como forma de atrair empreendimentos. Com o fundo, o governo pretende financiar propostas de investimento produtivo elaboradas diretamente pelos estados.

Para integrar os projetos dos estados e avaliar os resultados das ações, a MP também cria o Conselho Gestor do FDR. O órgão será vinculado diretamente ao Ministério da Fazenda.

Tramitação: A MP será analisada por uma comissão mista antes de ser encaminhada ao Plenário da Câmara e, posteriormente, ao Senado. A partir de 21 de março, ela passará a trancar a pauta da Casa (Câmara ou Senado) onde estiver tramitando.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Apesar de nova lei, Senado deve enviar à Câmara projeto que exige informação de impostos na nota fiscal

Logo após o recesso parlamentar, a Câmara dos Deputados deve receber o projeto do Senado que obriga o vendedor a informar, na nota fiscal, o valor de cinco impostos incidentes sobre o preço do produto: Importação (II), Produtos Industrializados (IPI), Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Serviços (ISS) e Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustíveis).

O senador João Capiberibe (PSB-AP), um dos autores da proposta (PLS 76/2012), admite que o projeto perdeu força após a sanção da Lei 12.741/2012, em 10 de dezembro. A nova lei, que entrará em vigor no dia 10 de junho, determina a descrição de oito tributos, entre federais, estaduais e municipais: ICMS, ISS, IPI, IOF, PIS, PASEP, COFINS e Cide. Ao sancioná-la, a presidente Dilma Rousseff vetou a obrigação de informar a quantia correspondente ao Imposto de Renda e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Capiberibe, no entanto, garante não ter desistido do projeto, que tem autoria compartilhada com outros três senadores: Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ângela Portela (PT-RR) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP):

- A lei da Câmara vai entrar em vigor e logo vão perceber que é inexecutável, porque é impossível informar tantos impostos na nota fiscal. Depois de um tempo, verão que ela é um lixo legislativo e

pode ser que o projeto que aprovamos no Senado seja votado lá por ser mais simples e realista - disse o senador à Agência Senado.

O PLS 76/2012 foi aprovado no fim de novembro, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Flexibilização: Inicialmente, a proposta previa que peças publicitárias e produtos em exposição também exibiriam a quantidade de impostos embutidos no valor final. A ideia foi derrubada pela CMA, assim como o prazo de vigência, aumentado para um ano após a eventual publicação da norma.

A comissão também abrandou a punição para as empresas que descumprirem a determinação: inicialmente as sanções eram penais, mas passaram a ser administrativas, em virtude de uma emenda aprovada pelo colegiado. O enquadramento de quem omitir os impostos será feito pelo artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor, não mais pelo 66 (Lei 8.078/1990). Da detenção por até um ano prevista no 66, reduziu-se a punição para apreensão do produto, cassação do registro e interdição, total ou parcial, do estabelecimento, entre outras possibilidades.

- Realmente a pena de prisão parecia exagerada. Melhor começar com multa e outros tipos de restrições – reconhece Capiberibe.

O projeto exclui da exigência as microempresas com renda bruta anual inferior a R\$ 360 mil e microempreendedores individuais. Ao relatá-lo na CAE, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) apontou que a discriminação de impostos existe em outros países há décadas. Essas informações, segundo ela, são importantes não só porque conferem transparência à composição dos preços dos bens e serviços tributados, mas por também incentivar o consumidor-contribuinte a exigir a nota ou cupom fiscal.

No seu relatório, Lídice cita o parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição, segundo o qual “a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”, não diferenciando se os tributos pertencem à alçada federal, estadual, municipal ou distrital.

Fonte: Agência Senado

Deputado critica veto à reabertura do REFIS da Crise

O deputado João Magalhães (PMDB-MG) quer rediscutir com o governo federal os vetos da presidente da República à Medida Provisória 578/12. Entre os principais vetos, está a reabertura do prazo de adesão ao REFIS da Crise, programa de parcelamento de débitos de impostos federais, e ao de parcelamento de débitos do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Para o governo, ambos já tiveram seus prazos prorrogados e não caberia nova prorrogação.

Magalhães disse, no entanto, que os possíveis beneficiados com a reabertura do REFIS da Crise não puderam integrar o programa anteriormente por causa de problemas causados por órgãos do próprio governo: "Vamos tentar novamente demover o governo, porque muitas das dívidas que seriam incluídas nesse Refis não foram colocadas no Refis anterior por motivos da Receita Federal e do INSS."

Os novos prazos foram incluídos pelos parlamentares durante a análise da MP 578 no Congresso. Magalhães foi relator da MP, que, originalmente, previa apenas incentivos fiscais para quem comprou veículos para transporte de mercadorias e vagões e locomotivas em 2012.

Incentivo tributário: A MP 578/12 deu origem à Lei 12.788/13. A nova lei permite que, ao declarar o Imposto de Renda, a empresa deprecie três vezes mais do que seria usual os veículos comprados no ano passado, reduzindo assim o valor de seu patrimônio para fins tributários. A medida visa a estimular a produção e venda desses veículos.

Mais vetos: A presidente Dilma Rousseff também vetou a ampliação do rol de veículos que poderiam se beneficiar da medida. O texto aprovado pelo Congresso incluiu vagões metroviários, equipamentos portuários e embarcações de comércio. A justificativa para o veto foi a de que a ampliação excessiva desconsiderava o impacto financeiro da MP. Também foi vetada a possibilidade de o produtor rural pessoa física ter esse mesmo benefício. O governo explicou que o produtor rural já tem outros benefícios para aquisição de equipamentos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto incentiva a produção de carros elétricos e híbridos

Proposta em tramitação na Câmara concede isenção do IPI e das contribuições ao PIS/PASEP e à Cofins a fabricantes nacionais de automóveis de passageiros equipados com motorização elétrica ou híbrida. Os benefícios fiscais atingem também matérias-primas, produtos intermediários, partes e peças – como baterias e acumuladores –, além do material de embalagem, desde que sejam efetivamente utilizados na industrialização desses veículos.

“O Brasil continua taxando os veículos com base no tipo de motor que usam, mas não inclui em categoria alguma os produtos da modernidade, híbridos e elétricos, que foram remetidos para a classificação ‘outros’ e pagam o IPI mais alto: 25% do preço; some-se a isso os 12% de ICMS, IPVA, etc”, argumenta o autor do projeto (PL 4507/12), deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO).

O texto assegura ainda a manutenção do crédito do IPI no caso de automóvel híbrido ou elétrico de passageiros originário e procedente de países do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

O deputado afirma que o objetivo é reorientar o setor automotivo brasileiro para estimular a produção de carros elétricos ou híbridos, que poupam petróleo e poluem menos. Segundo ele, a iniciativa não implica renúncia de receitas tributárias, porque atualmente a produção nacional não está voltada a esses produtos. Ele acredita que, ao fomentar o desenvolvimento de novos segmentos produtivos, o projeto vai gerar novas receitas tributárias para o País.

Tramitação: A proposta foi apensada ao PL 4086/12 e será analisada conclusivamente pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto concede incentivos a agrotóxicos de 'baixa periculosidade'

O poder público poderá criar uma política nacional de apoio aos defensivos agrícolas considerados de baixa periculosidade. É o que prevê substitutivo do senador Ivo Cassol (PP-RO) a projeto da senadora Ana Rita (PT-ES) em tramitação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com o PLS 679/2011, já aprovado no ano passado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o poder público deverá alocar recursos tanto para o financiamento de pesquisas científicas para o desenvolvimento de agrotóxicos de baixa

toxicidade, quanto para o estabelecimento de unidades industriais de produção e distribuição. A proposição prevê ainda o apoio financeiro do governo aos produtores rurais visando a sua aplicação em larga escala nas lavouras.

Como defensivos de baixa periculosidade, a proposição considera aqueles produtos pouco ou não tóxicos ao ser humano e ao meio ambiente, e que apresentem eficiência agrônômica no combate aos agentes biológicos nocivos à produção agrícola.

Em sua justificativa, a autora do projeto original, senadora Ana Rita (PT-ES), defende a concessão de incentivos para o desenvolvimento da produção no país de agrotóxicos naturais pelo baixo impacto ambiental causado em sua aplicação.

“Não basta, no entanto, desenvolver o produto. É necessário financiar a sua fabricação e o seu uso pelos produtores rurais ou outros usuários finais, o que demanda linhas de crédito específicas para o setor”, recomenda Ana Rita.

Durante a tramitação na CMA, o relator Anibal Diniz (PT-AC) apresentou, depois de receber contribuição do Ministério do Meio Ambiente, emenda substitutiva estendendo o apoio governamental a todos os defensivos considerados de baixa periculosidade, naturais ou artificiais. Tal modificação, aprovada na CMA, foi incorporada também por Ivo Cassol em seu substitutivo, que já esteve na pauta da CCT e deverá ser votado em breve na comissão.

Fonte: Agência Senado

Relações do Trabalho

Comissão obriga presença de inspetores do trabalho em portos

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou proposta que obriga os portos brasileiros a manterem, junto à administração portuária, inspetores trabalhistas responsáveis pela fiscalização das condições de vida e de trabalho dos marinheiros. A medida está prevista no Projeto de Lei 447/11, do deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), que altera a Lei dos Portos (8.630/93), principal marco legal da atividade.

O relator na comissão, deputado André Figueiredo (PDT-CE), defendeu a aprovação da proposta com o argumento de que a fiscalização do trabalho, “apesar da atuação constante, presente e histórica dentro do porto organizado”, não foi ainda formalmente incorporada à lista de autoridades que devem funcionar integrada e harmonicamente, conforme estabelecido pela Lei dos Portos. “Essa é uma distorção que precisa e deve ser reparada, e é esse o mérito desta proposição”.

Atualmente, o porto já é obrigado a manter, de forma integrada, autoridades administrativas, aduaneiras, marítimas, sanitárias, de saúde e de polícia marítima. O projeto acrescenta a obrigação de inspeção do trabalho.

Tramitação: A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Mínimo de R\$ 678 amplia poder de compra do trabalhador

O novo salário mínimo de R\$ 678, que passa a valer neste mês, é parte de uma política de valorizar a renda do trabalhador em longo prazo e incentiva a atividade econômica produtiva. Entre 2002 e

2013, o aumento chega a 72% em termos reais (descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC), conforme o boletim “Economia Brasileira em Perspectiva” (edição de dezembro/2012), do Ministério da Fazenda. O estudo que atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil, faz uma comparação da evolução do poder de compra de bens duráveis, como o fogão (veja gráfico) e uma lavadora, que valia 8 mínimos em 1994 e caiu para 1,5 salário mínimo no ano passado.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos calcula que haverá uma injeção anual de renda na economia de R\$ 32,7 bilhões, com o aumento do mínimo. E a arrecadação tributária aumentará em R\$ 15,9 bilhões sobre o consumo de cerca de 45,5 milhões de pessoas, que têm rendimento referenciado no salário mínimo.

De acordo com o boletim da Fazenda, ao lado dos programas sociais, essa política de valorização tem resultado num aumento da renda e da sua distribuição. Enquanto que, na média, de 2004 a 2011, o crescimento do rendimento real do brasileiro foi de 29,8%, o aumento na renda para os 20% mais pobres atingiu cerca de 75%. O relatório usa os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE). O reajuste de 9% no salário mínimo foi definido com base na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, de 2,73%, mais a inflação anual medida pelo INPC-IBGE, estimada em 6,10%.

Estudo: De acordo com o relatório da fazenda, a nova matriz macroeconômica brasileira é promissora para o investimento, a produção e o emprego, com taxas de juros baixas, custos financeiros reduzidos para empresas e famílias, taxa de câmbio mais competitiva e sólidos resultados fiscais. Segundo o estudo, coordenado pela Secretaria de Política Econômica, a taxa real de juros caiu de 14% em dezembro de 2002 para 1,8% em novembro de 2012. Para a Fazenda, nos últimos dez anos, o contínuo declínio tem sido resultado de políticas macroeconômicas e fiscais sólidas.

De agosto de 2011 a outubro de 2012, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 525 pontos-base, contribuindo para que as taxas reais e nominais atingissem seu menor nível histórico (atualmente 7,25% ao ano). Esse movimento, conforme o relatório, repercutiu o sistema financeiro, onde os spreads bancários e as taxas de juros de empréstimos também antigiram os mínimos históricos. “Esse novo ambiente impacta positivamente o investimento e a produção à medida que os investidores deixam para trás o tempo em que a economia brasileira estava acostumada com altas taxas de juros de curto prazo”, avaliou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, no final de dezembro.

Fonte: Blog RT

Proposta autoriza sindicato a fiscalizar recolhimento do FGTS

Os sindicatos poderão fiscalizar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dos tributos e contribuições sociais e previdenciárias dos trabalhadores da respectiva categoria. A medida está prevista no Projeto de Lei 4461/12, do ex-deputado Vicente Selistre (PSB-RS), que aguarda votação na Câmara.

Para acessar os dados, o sindicato deverá pedir informações por escrito. O prazo de resposta não poderá exceder a 72 horas, a contar da data do protocolo.

No entendimento do autor, a medida se justifica para assegurar o poder de ação dos sindicatos em defesa dos trabalhadores. “Esse poder de ação está contido no artigo 8º da Constituição Federal, que estabelece a legitimidade extraordinária dos sindicatos para atuar na defesa de todos e quaisquer direitos subjetivos individuais e coletivos dos integrantes da categoria por ele representada”, afirma Selistre.

De acordo com o parlamentar, sua proposta ajudará os sindicatos a atuar de forma mais efetiva como auxiliar na fiscalização do cumprimento das obrigações dos empregadores.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.
A proposta altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei 5.452/43).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Projeto torna obrigatória contratação de aprendizes maiores de 18 anos

As empresas com mais de 50 empregados poderão ser obrigadas a contratar pessoas com mais de 18 anos como aprendizes. A proposta consta do Projeto de Lei do Senado (PLS) 176/2012, apresentado pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC), pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O percentual de aprendizes com mais de 18 anos varia de 2% a 4% do número de não aprendizes de acordo com a quantidade de empregados.

O texto, que inclui novo artigo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permite que o percentual de contratação seja reduzido ou dispensado, a critério da autoridade competente, se não houver quantidade suficiente de aprendizes para atender a necessidade da empresa ou se os que existem não for adequado ao perfil da atividade.

“O desafio da empregabilidade dos jovens trabalhadores exige medidas ousadas. E sabemos que, mesmo em uma economia em expansão, o jovem trabalhador possui dificuldades de inserção no mercado de trabalho”, afirma Bauer.

A CLT prevê a possibilidade de contratação de pessoas de 14 a 24 anos na condição de aprendizes, desde que inscritos em programa de formação técnico-profissional, mas não estipula obrigatoriedade para nenhuma faixa etária.

A senadora Ana Amélia (PP-RS), relatora do projeto, lembra que é expressiva a parcela de jovens que estão trabalhando de forma precária e mal remunerada, no mercado informal. Segundo ela, na maioria dos casos, os jovens têm problema de inserção no mercado de trabalho devido à exigência de qualificação profissional. Conforme relatório sobre o desemprego entre jovens publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a taxa, em 2012, ficou em 14%.

“A vulnerabilidade social que advém do desemprego e da inserção precária no mercado de trabalho, entre outros, contribui para a elevação da criminalidade, da prostituição e da dependência de drogas entre os jovens. Quanto mais esse quadro se agravar, maior poderá ser o comprometimento da estabilidade social e do progresso econômico do Brasil”, afirma a relatora.

Fonte: Agência Senado

Questões Institucionais

PEC que estabelece voto majoritário para eleição de deputados está pronta para exame

A adoção do voto majoritário para a eleição de vereadores, deputados estaduais e também dos federais é tema de uma proposta de emenda constitucional (PEC 54/2007) pronta para exame em Plenário. Se esse mecanismo vier a prevalecer, as vagas nas casas legislativas passariam a ser ocupadas pelos candidatos com maior quantidade absoluta de votos, do mesmo modo como se faz na eleição para cargos no Executivo e para senadores.

Atualmente, o sistema utilizado é o do voto proporcional, em que as vagas são distribuídas de acordo com a votação obtida por cada partido ou coligação no confronto com o total de votos válidos. No voto proporcional, o mandato no Legislativo é mais do que tudo do partido, e não propriamente do candidato. Por isso, pode acontecer de ser eleito um candidato com poucos votos, beneficiado pela forte votação de um companheiro de legenda. De forma contrária, um campeão de votos pode ficar de fora se a votação global de seu partido tiver sido muito fraca.

A PEC 54/2007 foi apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), com o apoio de 29 colegas. Foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em maio de 2010, com base em parecer favorável do então senador César Borges, da Bahia.

Dornelles argumentou à época que o voto majoritário evitará situações que ele considera “paradoxais” e que são hoje comuns, com candidatos inexpressivos se elegendo na “esteira” de colegas bons de voto. Ao mesmo tempo, lamentou que outros fiquem sem vaga porque seu partido não alcançou uma boa posição na distribuição das cadeiras, com base nos quocientes eleitoral e partidário.

No relatório, César Borges argumentou que o sistema proporcional tem sido motivo de insatisfação crescente. Segundo ele, o eleitor “não entende e desconfia” de um sistema que exclui candidatos representativos nas suas comunidades, elegendo outros com pouca votação e “méritos próprios”, beneficiados pelo coeficiente partidário.

Na prática, conforme o relator, o sistema atual tem prejudicado candidatos que representam minorias, muitas vezes se situados entre os mais votados.

A PEC deverá passar por dois turnos de discussão e votação. Se aprovada, seguirá para análise na Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

Vetos não examinados poderão trancar pauta do Senado e da Câmara

A não apreciação dos vetos presidenciais poderá provocar o trancamento da pauta do Congresso, do Senado e da Câmara dos Deputados. É o que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96/2011, do senador Zezé Perrela (PDT-MG).

Pela proposta, o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de 90 dias a contar de seu recebimento. Hoje, a Constituição Federal prevê 30 dias de prazo, mas o não cumprimento do prazo não acarreta outras consequências práticas.

Perrela sugere que, vencido o prazo previsto, sejam trancadas as pautas do Senado e da Câmara. A previsão atual é de sobrestamento apenas na pauta do Congresso Nacional, o que, de qualquer forma, não tem ocorrido.

Na justificativa, o autor diz que a PEC não tem como objetivo facilitar a derrubada de vetos presidenciais. Pelo contrário, ressalta o senador, a proposta está “além do partidarismo e, se aprovada, trabalhará no sentido de recuperar prerrogativas do Parlamento, perdidas pela própria apatia de seus membros”.

Zezé Perrela diz acreditar que, ao sobrestar, após 90 dias, a deliberação de todas as proposições pautadas para os plenários da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional, a deliberação sobre os vetos presidenciais receberá mais atenção tanto dos parlamentares quanto do Executivo.

A PEC está em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), é favorável ao projeto, embora sugira o prazo de 60 e não de 90 dias para a apreciação do veto. Se aprovada na CCJ, onde aguarda inclusão em pauta, a matéria seguirá para o Plenário.

Polêmica: Em recente entrevista à TV Senado, o líder do governo na Casa, Eduardo Braga (PMDB-AM), declarou que pretende apresentar uma PEC também com objetivo de alterar o rito de análise de vetos. Para ele, o exame dos vetos presidenciais é uma questão que deve ser enfrentada logo após a abertura dos trabalhos legislativos, em fevereiro próximo.

Eduardo Braga adiantou que a PEC deverá regular “muito rapidamente a questão dos vetos não apreciados, dando condições ao país de avançar em outras direções”. Segundo a assessoria do senador, o texto da proposta ainda está sendo elaborado.

O assunto voltou a ganhar força no Congresso depois da polêmica acerca da apreciação dos vetos presidenciais na nova lei de partilha dos *royalties* do petróleo. O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o exame específico do veto de Dilma Roussef só seria possível após análise dos mais de 3 mil vetos presidenciais, que há anos aguardam votação no Congresso Nacional.

Como solução, o Congresso chegou a programar a votação em bloco de todos os vetos, em cédulas com mais de 400 páginas. Enquanto as bancadas fluminense e capixaba se movimentavam para novamente brechar a iniciativa com ação junto ao Supremo, os líderes partidários, em reunião com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), e do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tomaram a decisão de adiar a votação dos vetos.

Fonte: Agência Senado

Projeto cria restrições na Câmara para novos partidos políticos

De autoria do deputado Marcio Bittar (PSDB-AC), o Projeto de Resolução 145/12 veda a novos partidos o acesso à estrutura disponível às legendas com representação na Câmara dos Deputados no decorrer da legislatura em que forem criados. Pelo mesmo período, essas agremiações também não poderão presidir comissões permanentes.

Na opinião de Bittar, “se o novo partido político não participou de nenhuma eleição, não elegeu nenhum candidato, não pode, ao atrair parlamentares já eleitos, conseguir os direitos da agremiação partidária que elegeu o político que migra para o novo lar ideológico”.

Ainda conforme o deputado, a criação de partidos deve observar regras claras e precisas para “evitar o vício” no processo democrático nacional. “Devemos, a todo custo, coibir a cultura personalista das negociatas que permeia o sistema político nacional e que desacredita a atividade política no País”, asseverou.

Bittar acrescentou que o futuro da democracia no Brasil depende do fortalecimento dos partidos políticos que, com seus estatutos e ideologias, representam parcelas do eleitorado brasileiro.

Tramitação: A proposição tramita pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e depois seguirá para votação pelo Plenário em regime de prioridade.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Eleições de suplentes de senadores poderão ter novas regras

A eleição de suplentes de senadores poderá ter novas regras a partir de 2014. Elaborada pela Comissão da Reforma Política, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/11, que reduz o número de suplentes e veda a eleição de cônjuge ou parentes consanguíneo até o segundo grau, está

pronta para votação em primeiro turno pelo Plenário do Senado. Caso seja aprovada, passará por um segundo turno de votação antes de seguir para análise da Câmara dos Deputados.

Segundo a proposta, cada senador será eleito com apenas um suplente – e não dois, como atualmente. Não poderá ser suplente quem for “cônjuge ou parente consanguíneo ou afim do titular, até segundo grau ou por adoção”. E, na ocorrência de vaga de senador, haverá novas eleições.

Se faltarem 120 dias ou mais para as próximas eleições gerais, contados a partir do surgimento da vaga, o novo titular será eleito em pleito simultâneo ao já previsto. Caso a vaga ocorra a menos de 120 dias das próximas eleições, o novo titular será escolhido no pleito seguintes. Nas duas situações, o eleito completará o mandato do antecessor.

A proposta está pronta para votação desde março de 2012, quando foi lido parecer elaborado pelo relator da matéria, senador Luís Henrique (PMDB-SC), contra duas emendas de Plenário. O texto já passou pelas cinco sessões de discussão em primeiro turno e pode agora ser submetido a votação. Para ser aprovado, necessita de três quintos dos votos dos senadores.

Na opinião do relator, as novas regras tornarão mais transparentes as eleições dos senadores e de seus suplentes.

- Esta Casa está convicta da necessidade de se alterarem as normas que regem a suplência de senador. Afinal, embora a eleição para o Senado seja majoritária e preveja a eleição do titular e de dois suplentes, que serão convocados em caso de afastamento temporário ou definitivo do titular, é sabido que há pouca transparência tanto no processo de escolha como na divulgação das candidaturas dos suplentes – observou Luís Henrique em seu parecer favorável à proposta.

Fonte: Agência Senado

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Balança comercial paranaense fecha 2012 com déficit histórico

No ano de 2012, o saldo líquido da balança comercial paranaense – exportações menos importações -, apresentou déficit de US\$ 1,677 bilhão. Trata-se do maior saldo negativo de toda série histórica, pesquisada desde 1992. Em dezembro, as exportações paranaenses apresentaram diminuição de -4,44% em relação a novembro, atingindo US\$ 1,248 bilhão. As importações somaram nesse mês US\$ 1,436 bilhão, valor -23,57% inferior ao registrado em novembro. Nos últimos 20 anos, o saldo líquido da balança comercial paranaense só foi negativo em três ocasiões: 2000 (US\$ 293 milhões), 2011 (US\$ 1,374 bilhão) e 2012.

Os resultados foram divulgados nesta quarta-feira (16) pelo departamento econômico da Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), que realiza a análise dos dados.

Observando-se o grau de elaboração dos produtos que compõe a pauta de exportação paranaense, nota-se que o Estado continua sendo um grande fornecedor de matérias-primas, principalmente commodities agrícolas. Na comparação com novembro, observa-se em dezembro queda nas exportações de ‘Semimanufaturados’ (-23,75%) e de ‘Manufaturados’ (-4,20%), enquanto os produtos ‘Básicos’ apresentaram aumento de 5,16%.

A desvalorização do Real frente a outras moedas estrangeiras, somada à logística deficiente, infraestrutura precária, alta carga tributária e outros fatores que compõe o chamado “Custo Brasil”,

elevam os custos financeiros de investimento e os custos operacionais, minando progressivamente a competitividade dos produtos industrializados paranaenses nos mercados interno e externo.

Desta forma, o chamado 'Complexo soja' continuou liderando as exportações em 2012, com uma participação relativa de 33,12% (aumento de +7,18% em relação a 2011); 'Carnes' continuou na segunda posição, com participação de 12,26% (queda de -3,60%), e 'Material de Transportes' ocupou a terceira colocação, com participação de 11,98% (queda de -3,03%).

Dentre os quinze principais grupos de produtos exportados, outros cinco apresentaram redução em relação a 2011: 'Açúcares e produtos de confeitaria' (-4,14%), 'Mecânica' (-4,64%), 'Papel e Celulose' (-0,73%), 'Bebidas' (-26,38%), 'Têxtil e Vestuário' (-1,05%) e 'Móveis' (-5,43%).

No sentido inverso, as importações paranaenses tiveram como principal grupo de produtos 'Material de Transportes', com participação de 22,65% entre janeiro e dezembro e acréscimo de +4,78% na comparação com 2011. Em seguida vêm 'Produtos Químicos' (na sua maior parte, adubos, fertilizantes e outros produtos destinados à agricultura) com participação de 20,97%, e aumento de 11,43% na comparação com o ano anterior. 'Petróleo e derivados' ficou em terceiro lugar com participação de 13,46% e crescimento de 3,67%.

Em se observando as importações por Categoria de Uso, na comparação com novembro, dezembro apresentou queda de -25,67% para os 'Bens de capital'; -24,12% para 'Bens Intermediários' e -49,08% para 'Combustíveis e Lubrificantes'. Por outro lado, os 'Bens de Consumo' aumentaram 1,85%.

Quando comparado com 2011, o maior aumento nas importações em 2012 foi registrado em 'Bens Intermediários' (+7,89%), seguido por 'Bens de Capital' (+7,01%) e 'Combustíveis e Lubrificantes' (+3,74%); os 'Bens de Consumo' (-12,57%) apresentaram queda no período.

Segundo o economista Roberto Zurcher, da Fiep, uma análise da importação de 'Bens de Consumo' no período entre 2003 e 2012 revela um crescimento expressivo de 1.220,37% destes produtos. "Essas importações aumentaram exatamente para complementar a oferta doméstica, que não recebeu condições de se expandir no ritmo da ampliação da demanda interna, potencializada pela fartura de crédito para consumo. Caso contrário, as pressões inflacionárias seriam insustentáveis", afirma.

Comércio internacional: Em 2012, a China continuou sendo o principal parceiro comercial do Paraná, superando a Argentina pelo quinto ano consecutivo, com um fluxo de comércio de US\$ 6,425 bilhões (exportações de US\$ 3,405 bilhões mais importações de US\$ 3,020 bilhões). O intercâmbio de comércio com a Argentina foi da ordem de US\$ 4,142 bilhões, seguido pela Nigéria, com US\$ 2,286 bilhões.

Fonte: FIEP

Infraestrutura

Richa recebe deputados federais e pede mais atenção às questões do Paraná

O governador Beto Richa recebeu uma comitiva de deputados do Paraná e o deputado federal Henrique Eduardo Alves, do Rio Grande do Norte, que é candidato à presidência da Câmara dos Deputados. No encontro, Richa pediu ao grupo mais atenção no Congresso Nacional às questões do Paraná.

Segundo o governador, assuntos como a divisão dos royalties do pré-sal e o refinanciamento das dívidas dos estados são casos em que o parlamento pode dar uma contribuição em favor dos

Estados. Outro ponto destacado por Richa foi a criação do Tribunal Regional Federal do Paraná, uma antiga reivindicação da sociedade paranaense.

“Independente de cores partidárias, ideologias políticas, queremos o melhor para o nosso Estado. Por isso, é com muito orgulho que recebemos os integrantes da nossa bancada, que trabalha para defender os interesses do Paraná”, afirmou o governador, que também já conversou com o deputado federal Júlio Delgado, de Minas Gerais, outro candidato à presidência da Câmara.

“Essa visita é para assumir os compromissos republicanos que temos. O governador mostrou respeito à nossa proposta”, ressaltou o deputado paranaense André Vargas, que é vice na chapa encabeçada por Eduardo Alves.

Ministro: O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, também esteve com o governador Beto Richa nesta terça-feira. Rebelo estava em Curitiba para a solenidade de posse da nova diretoria da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) e aproveitou a oportunidade para uma visita de cortesia ao Palácio Iguazu.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Política Social

Dia da Consciência Negra será feriado em Curitiba

O presidente da Câmara de Vereadores de Curitiba, Paulo Salamuni (PV), promulgou a lei que estabelece como feriado municipal o Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro. O texto deve ser publicado no Diário Oficial e passa a valer já em 2013.

O projeto de lei, de autoria do ex-vereador Clementino Vieira, foi aprovado em segunda discussão na Casa no dia 27 de novembro e, depois, enviado para sanção ou veto do então prefeito Luciano Ducci (PSB). Porém, ele não se manifestou no prazo máximo de 15 dias.

Segundo a assessoria da Prefeitura, a atual administração não foi comunicada pela equipe de transição de Ducci da falta de posicionamento sobre a lei e o prazo para manifestação do atual prefeito Gustavo Fruet (PDT) se encerrou no último dia 4 de janeiro, ocasionando na sanção “tácita” da norma.

O presidente da Câmara afirma que, diante da falta de sanção ou veto, não havia alternativa, a não ser a promulgação da lei. “A decisão agrada ou desagrade, mas tem que ser tomada, por isso decidi pela manifestação dos vereadores, que aprovaram a lei em dois turnos”, diz Salamuni, que também votou favorável ao projeto na ocasião.

“[A lei] não deixa de demonstrar a nova cara de Curitiba, que é uma cidade de todos os povos e das minorias também, não é mais uma cidade que pertence a uma cúpula. É um dos feriados mais justos que se possa ter, pela história de lutas e sofrimento dos negros no Brasil”, aponta o presidente.

Reunião: A promulgação da lei ocorreu depois de uma reunião entre Salamuni e representantes da Associação Comercial do Paraná (ACP), que já haviam se manifestados contrários ao feriado, alegando prejuízos econômicos para a cidade e “tratamento desigual” a outras etnias que habitam a capital. “Depois deste, eu e o prefeito Gustavo Fruet estabelecemos que não há mais a possibilidade de criação de novos feriados em Curitiba”, afirma Salamuni.

Fonte: Gazeta do Povo

Segurança Pública

Sistema FIEP vai apoiar ações de cidadania nas Unidades Paraná Seguro

O Sistema FIEP assinou um termo de cooperação técnica com o governo do Estado para o planejamento e execuções de ações integradas de cidadania em 11 Unidades Paraná Seguro (UPS) instaladas em Curitiba. O termo também foi assinado pela prefeitura de Curitiba, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Ministério Público e Associação Paranaense do Ministério Público. O Sistema Fiep foi a única entidade privada a assinar o termo.

A participação do Sistema Fiep será disponibilizar, por meio do Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis), informações sobre os indicadores dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, por meio do Movimento Nós Podemos Paraná, na participação em reuniões nos locais onde estão instaladas as UPS. “Fornecendo dados municipais estamos contribuindo com o êxito do projeto e estabelecendo um elo com o governo do Estado”, destacou o Superintendente do Sistema Fiep, Ovaldir Nardin, que assinou o termo de cooperação representando o presidente da Fiep, Edson Campagnolo.

As ações realizadas nas UPS visam promover a qualidade de vida e o bem estar das populações dessas comunidades. Será realizado um calendário semanal de reuniões para o planejamento dessas ações. “Este será um grande passo para levarmos cidadania a essas comunidades por meio de um trabalho compartilhado entre o governo e a sociedade”, disse o governador do Estado do Paraná, Beto Richa.

Serão realizadas ações com foco na saúde, lazer, urbanização, educação, entre outras iniciativas. “O papel da prefeitura é atuar na prevenção e integração de diversas áreas e segmentos em prol do cidadão”, destacou o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet.

UPS: As UPS são instaladas em localidades com incidência de tráfico de drogas e que registram altos índices de homicídios. O conceito da UPS é de uma polícia cidadã, que se aproxima das pessoas e estabelece uma relação de confiança, sendo assim possível um resgate e revitalização da vida comunitária.

ODM: Os ODM foram definidos em 2000, durante a reunião de Cúpula da ONU, onde líderes de 189 países assinaram um pacto para eliminar a fome e extrema miséria até 2015. São 8 objetivos que abrangem as áreas de geração de renda, educação, gênero, saúde e meio ambiente.

Fonte: FIEP

Relações de Trabalho

Governo cria observatório para realização de estudos sobre trabalho

A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária agora conta com um observatório do trabalho. Com o novo setor, será possível realizar estudos trimestrais sobre a dinâmica do mercado de trabalho e seu impacto social e análises da série histórica dos indicadores econômicos e do mercado nos últimos dez anos.

O observatório do trabalho é desenvolvido em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que vai disponibilizar dois técnicos para atuar permanentemente na Secretaria, além do apoio de toda a equipe da instituição. Reuniões com

técnicos da Secretaria e Dieese já são realizadas para definir detalhes nesta fase de implementação. A meta é que a atuação plena do setor inicie a partir de fevereiro. Para o secretário Luiz Claudio Romanelli, com esta parceria a Secretaria ganha luz sobre a realidade no mundo do trabalho paranaense e passa a atuar de forma mais científica. “Os indicadores levantados no Paraná possibilitam a interpretação de cenários e tendências que contribuam na formulação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Sobretudo no âmbito da qualificação profissional, intermediação entre trabalhadores e empregadores e orientação profissional”, explica Romanelli.

Um dos compromissos firmados nesta parceria entre a Secretaria e o Dieese será acompanhar o impacto da política de salário mínimo regional no Paraná. A equipe fará ainda estudos sobre a rotatividade de trabalhadores nas empresas paranaenses e análises sobre o mercado informal de trabalho.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Emprego industrial tem 14.º alta consecutiva no Paraná

O Paraná manteve o emprego industrial em alta em novembro, atingindo o 14.º mês com performance positiva nesse indicador e superando o resultado dos outros estados. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi de 1,1% na indústria paranaense, contra a queda de 1% na média nacional. Os números foram apurados pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dez estados.

No acumulado de janeiro a novembro de 2012, as ocupações no setor manufatureiro estadual evoluíram 2,4%, assegurando a primeira posição entre os estados pesquisado e acima da média nacional, que apresentou retração de 1,4%. Na Região Sul, as indústrias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram decréscimos de 1,2% e 1,7% do emprego nos onze primeiros meses do ano passado.

As maiores altas em novembro, em comparação com o mesmo mês do ano anterior, foram nos ramos de têxteis (13,4%), fumo (12,7%), aparelhos elétricos e eletrônicos (10,6%), produtos químicos (7,5%), refino de petróleo e álcool (7,5%) e alimentos e bebidas (7,1%).

Salários: A folha de pagamento da indústria paranaense, que indica os salários pagos aos empregados, avançou 6,6% no acumulado janeiro a novembro de 2012, já descontada a inflação do período.

Em termos de massa salarial, houve expansão real de 9,1%, acima dos resultados dos demais estados. “Foi o melhor resultado dos estados pesquisados, o que certamente terá impactos positivos sobre as outras atividades econômicas”, analisou Julio Suzuki, diretor do Centro de Pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Outros bons resultados foram alcançados por Minas Gerais (6,6%) e Rio de Janeiro (6,4%).

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Tributos

Impostos

ICMS unificado confunde empresários

Mesmo em vigência desde 1.º de janeiro, a nova alíquota unificada de 4% para operações interestaduais de produtos importados ainda gera uma série de dúvidas para empresas, tributaristas e até a Receita Estadual. Além das dúvidas, alguns contribuintes alegam inconstitucionalidades na atual forma de cobrança e nos novos critérios exigidos por lei.

A nova tarifa, bem menor do que os 12% praticados anteriormente, vale apenas para produtos importados que não tenham sido submetidos a nenhum processo de industrialização ou àqueles que tenham sido industrializados, mas cujo conteúdo importado seja superior a 40% do valor da mercadoria. Para os demais produtos as alíquotas antigas ainda estão valendo.

No entanto, a mudança tem gerado uma série de questionamentos nos primeiros dias de vigência. “Nem a receita e nem os contribuintes estão preparados para a nova regra. Ela combate um mal, que é a guerra dos portos, mas está impraticável neste primeiro momento”, afirma a advogada tributarista Najara Ciochetta, do escritório Marins Bertoldi.

Uma das principais reclamações é a necessidade de discriminar na nota fiscal os conteúdos importados presentes na mercadoria para assegurar de que ela é inferior a 40%. “Isso fere o livre mercado. As empresas não precisam fornecer informações que são segredos industriais”, afirma.

Outro ponto trata da vigência da lei a partir da virada do ano. Segundo Fábio Grillo, advogado tributarista do escritório Hapner Kroetz e vice-presidente da comissão de Direito Tributário da OAB, a medida não deveria ser aplicada a bens e mercadorias importadas até 31 de dezembro. Ele explica que os produtos foram importados sob um valor de ICMS e agora terão de ser vendidos com um valor diferente.

As empresas também reclamam que os custos serão afetados para que se adaptem à nova realidade tributária.

Adaptação: A própria Secretaria Estadual da Fazenda admite que os primeiros meses da medida devem ser encarados como um período de adaptação, em função do número de dúvidas. Em maio, a Receita Estadual deve implantar um sistema para coletar estas informações. “A maior dificuldade é avaliar a proporção do conteúdo importado em um produto. Até maio, teremos que analisar caso a caso”, afirma o secretário em exercício da Fazenda, Clóvis Rogge.

De acordo com o auditor fiscal Randal Sodré Fraga, o prazo foi estipulado pelo próprio Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para todos os estados. “É possível que até lá mais mudanças aconteçam. Este período será importante para mostrar quais serão as dificuldades de fiscalização e aplicação da nova alíquota”, afirma.

BANDEIRA BRANCA

Entrou em vigor, no começo do ano, a alíquota única do ICMS de 4% nas operações interestaduais. Objetivo é dar fim à guerra fiscal dos portos.

	Até 31 de dezembro de 2012	Desde 1º de janeiro de 2013
Alíquota da operação interestadual para produtos importados	12% para os estados do Sul e Sudeste, excluindo Espírito Santo, e 7% para estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais Espírito Santo.	Estão unificadas em 4% para mercadorias importadas sem qualquer beneficiamento ou com conteúdo de importação superior a 40% do seu valor total.
Margem de manobra para benefício fiscal concedido pelos estados	Com a taxa em 12% nestas transações, os estados tinham uma grande margem para cortar impostos.	Com a desoneração, a margem de manobra fiscal dos estados diminui e os créditos de ICMS não passam dos 3%.
Diferença da cobrança do ICMS entre os estados	Esta diferença acabava sendo coberta pelo estado de destino, que cobrava novamente o ICMS, mas abatendo o valor arrecadado pelo estado de origem. Esta diferença de cobrança entre os estados chegava a 11% do valor da mercadoria.	A diferença entre o que os estados cobram é menor (varia entre 1% e 3%) e a chamada 'guerra fiscal' perde força.
Consequências da guerra fiscal e da unificação da alíquota	Estados menos desenvolvidos conseguem atrair empresas com uma grande desoneração fiscal do ICMS.	Tendência de concentração ainda maior de indústrias nos estados mais desenvolvidos, principalmente São Paulo.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Fonte: Gazeta do Povo